



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER FAVORÁVEL Nº 2352/2022

REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 0557/2022

RELATOR: DR. MAURO PERALTA

PARECER ANEXO: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: Indica ao executivo municipal a necessidade de edição de decreto revogando a autorização para reajuste da tarifa de água praticada pela subconcessionária Águas do Imperador.

I - RELATÓRIO:

Trata-se de Indicação Legislativa (Processo n.º 0557/2022), apresentada pelo nobre Vereador Yuri Moura, que sinaliza ao Executivo Municipal a necessidade de “edição de decreto revogando a autorização para reajuste da tarifa de água praticada pela subconcessionária Águas do Imperador”.

A referida Indicação Legislativa foi protocolizada em 26 de janeiro de 2022 e encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em 01 de fevereiro de 2022, para a verificação de sua constitucionalidade e legalidade, tendo sido definido como Relator o Vereador Mauro Peralta, que apresentou parecer contrário a esta proposição.

Por discordar do mencionado parecer, vem este Vereador apresentar, abaixo, suas considerações.

É o relatório. Passa-se a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo sinalizar ao Executivo Municipal a necessidade de “edição de decreto revogando a autorização para reajuste da tarifa de água praticada pela subconcessionária Águas do Imperador”.

O Autor da Indicação Legislativa justifica que:

“O próprio Poder Executivo, quando da edição do Decreto n.º 11 de 30 de dezembro de 2021, que “dispõe sobre a autorização de reajuste da tarifa de água praticada pela subconcessionária Águas do Imperador e dá outras providências”, destacou 02 pontos que este mandato popular considera cruciais:

(...)

2.º) há “diferença entre o percentual efetivamente aplicado e o previsto contratualmente” que ainda “será objeto de estudo a ser concluído, no prazo de até seis meses”, por ausência de tempo

Página: 1

hábil para análise da proposição, tendo em vista o período exíguo de transição governamental” (...). (grifei)

De início, cumpre observar que não foi verificada nenhuma Indicação Legislativa com o mesmo objeto que já tenha sido aprovada ou que esteja em trâmite nesta Casa Legislativa. Assim, numa interpretação a *contrario sensu* do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores (Res. n.º 125, de 14/12/2012), deverá esta Indicação Legislativa seguir seu trâmite normalmente. Neste sentido, é o seu art. 73, § 6.º, inciso X:

“Art. 73 (...)

§ 6.º O Presidente deverá recusar proposições:

(...)

X – quando, em se tratando de indicação, já tenha sido aprovada ou esteja tramitando outra com o mesmo objetivo, na mesma legislatura.”

Ademais, a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Assim, prescrevem o art. 30, incisos I e II e art. 16, § 3.º, respectivamente:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...).”

“Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

(...)

§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.(...)”

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Também importa mencionar que, perfeitamente acertado que a presente proposição legislativa se dê sob forma de Indicação Legislativa, visto que nos termos do art. 82, *caput*, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis (Resolução n.º 125, de 14/12/2012) esta é a medida adequada, em âmbito legislativo, quando se deseja solicitar ao Poder Executivo que implemente ações que dependam de legislação cuja iniciativa seja de sua competência privada. Veja-se o que diz o mencionado artigo:

“Art. 82. Indicação é a proposição, sujeita à votação única, em que, com fundamentação, são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja de competência privada do Poder Executivo ou da Mesa da Câmara.

§1.º As indicações podem ser:

(...)

II – legislativas, quando se destinam a obter do Poder Executivo ou da Mesa da Câmara o envio de mensagem ou Projeto ao Legislativo por força de competência constitucional ou legal do Prefeito municipal ou da Mesa da Câmara.(...)” (grifei)

Nesta senda, louvável a iniciativa do nobre Vereador Yuri Moura em propor a Indicação Legislativa sob análise, visto que, em suas palavras:

“(…) Se o próprio governo admite que não teve tempo suficiente para concluir os estudos necessários para o reajuste tarifário, não é admissível decreto autorizando o reajuste tarifário em 10,74%”. (grifei)

Desta forma, estando a proposição legislativa em tela, do nobre Vereador Yuri Moura, em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Petrópolis e, diante da importância da matéria proposta e todos os benefícios que a mesma trará para esta cidade, **opina-se favoravelmente à tramitação da Indicação Legislativa de nº 0557/2022.**

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, nos termos do art. 35, I, a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação **da Indicação Legislativa nº 0557/2022.**

Sala das Comissões em 03 de Junho de 2022



FRED PROCÓPIO
Presidente



DOMINGOS PROTETOR
Vogal



YURI MOURA
Vogal